



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0011260-54.2021.6.05.8000
INTERESSADO : Empresas APECÊ e MAXSERV.
ASSUNTO : Recursos. Pregão nº 13/2022.

PARECER nº 5 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (ASJUR1), para manifestação acerca dos recursos apresentados pelas empresas APECÊ SERVICOS GERAIS LTDA (doc. nº 2018079, fls 4/7) e MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA (doc. nº 2018079, fls 8/13), ambas requerendo a desclassificação da empresa D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, ora declarada vencedora do Pregão nº 13/2022, cujo objeto compreende a *prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com cessão de mão de obra residente e com fornecimento de material de consumo e equipamentos, sob o regime de empreitada por preço global, observando-se o regime unitário apenas em relação ao fornecimento dos materiais, das áreas internas e externas do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e seus anexos* (doc. nº 1971495).

1.1. Quanto à primeira Recorrente (APECÊ), sustenta, em linhas gerais, que a primeira colocada no certame não atendeu às exigências relativas à qualificação econômico-financeira, e, no intuito de comprovar tais alegações, refuta a documentação trazida pela D & L no que diz respeito às alíquotas de PIS e COFINS, e ainda, quanto aos índices de liquidez e solvência. Para melhor ilustrar seus argumentos, destacamos algumas das suas afirmações:

"Para compor seu preço, a RECORRIDA apresentou composição de custos que considerou alíquotas efetivas de PIS e COFINS (0,40% e 1,82%, respectivamente) que, no entender desta Recorrente, s.m.j., apresentam uma série de inconsistências, em face da documentação fiscal/contábil juntada, inconsistências essas que necessitam de esclarecimentos urgentes e inarredáveis, conforme adiante se verá.

(...)

Observam-se, assim, enormes divergências que necessitam ser esclarecidas, pois os valores informados não guardam consistência, o que nos impede de aferir a regularidade dos dados apresentados para cumprir os requisitos de habilitação do edital.

O que se espera com o devido conhecimento desse recurso é que sejam solicitados à Recorrida os esclarecimentos sobre as inconsistências apresentadas acima, as quais, apenas com os documentos já juntados, não são suficientes para atestar sua regularidade, em face das inúmeras divergências já pontuadas.

Não se está a afirmar que os documentos apresentados pela Recorrida são inidôneos. Até por respeito ao princípio da boa-fé. Porém, não podemos deixar de ressaltar que, definitivamente, a questão tributária, com impostos excepcionalmente reduzidos, foi primordial para que a Recorrida lograsse êxito na licitação. Assim, não devem pairar dúvidas sobre a composição dessa equação tributária, o que, em face dos documentos juntados, não pode ser aferida, razão pela qual se aviou o presente recurso, para que a Recorrida possa comprovar, de

maneira inequívoca, os percentuais de impostos (PIS/COFINS) que cotou em sua proposta.

(...)

Portanto, senhores julgadores, segundo as normas e entendimentos citados, a Recorrida não deveria ter considerado o valor referente ao ativo contingente, com a finalidade de calcular seus índices de liquidez geral, solvência geral e endividamento total, eis que o valor referente ao Ativo Realizável a Longo Prazo e, por consequência, do Ativo Total, foram elevados em função da consideração, em desconformidade com as normas vigentes, do referido valor contingenciado

(...)

Por todo o exposto, é a presente para requerer a Vossa Senhoria seja recebida esta peça no seu EFEITO SUPENSIVO, e ao final acolhido integralmente o presente recurso para que:

a) Sejam solicitados à RECORRIDA os esclarecimentos necessários à elucidação dos diversos pontos levantados nesta peça e, caso confirmadas, sejam reconhecidas as inconsistências e erros que compuseram a planilha de custos da empresa considerada vencedora do pleito, com o fim de declará-la inabilitada/desclassificada, com o consequente restabelecimento do regular andamento do certame e, ato seguinte, a convocação da próxima licitante classificada, nos termos da legislação de regência;"

1.2. Por seu turno, a segunda Recorrente (MAXSERV) afirma haver " *inúmeras inconstitucionalidades e ilegalidades identificadas no processo administrativo que culminou na declaração de vencedor a D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA*", e, nestes termos, entende ser inexecutável a proposta da D & L, ao tempo em que afirma que a licitante em questão " *não observou o quanto estabelecido no instrumento convocatório, eis que, conforme se observa dos autos do processo administrativo, a mesma não elaborou sua proposta com as informações exigidas no Termo de Referência, o que induz à desclassificação da mesma do certame*". Segue asseverando que a D & L não apresentou a Convenção Coletiva exigida no ato convocatório, cotou a rubrica *vale-transporte* em valor inferior ao que atualmente é praticado na cidade de Salvador, e ainda, " *utilizou valores irrisórios, na maioria dos materiais e equipamentos*".

1.2.1. Ademais, chama a atenção para a possibilidade deste Tribunal ser penalizado " *ante a sua responsabilidade (subsidiária) pelo pagamento dos direitos trabalhistas não cotados pela empresa*" "D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA", e, ao final, pede que " *seja anulada a decisão que declarou a empresa "D&L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA" como vencedora do "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022"* e, " *por via de consequência, em atendimento ao Item 8.16 do Edital, sejam examinadas as propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação*".

2. Em momento de contrarrazões, a empresa D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA discorre acerca das alegações das Recorrentes (doc. nº 2018079, fls. 14/16 e 17/19), refutando e afirmando, ao final, que:

Recurso da empresa APECÊ

"(...)

Em resumo, conclui-se que: 1) o procedimento adotado pela D&L, de redução de suas alíquotas de PIS e de COFINS, está consubstanciado na sistemática não-cumulativa desses tributos, conforme a Lei nº. 10.637/2002 e a Lei nº. 10.833/2003; 2) o referido procedimento é expressamente permitido pelo edital; 3) o Tribunal de Contas da União admite e recomenda que tal procedimento seja levado em consideração quando da análise da exequibilidade das propostas apresentadas; e 4) a Receita Federal do Brasil deferiu e homologou todos os valores declarados pela D&L, conforme planilha anexada, não havendo qualquer óbice ou irregularidade nos valores dos créditos utilizados para reduzir as alíquotas dos referidos tributos.

Dessa forma, ao contrário do que a APECÊ SERVIÇOS tenta fazer parecer, percebe-se que NÃO HÁ qualquer irregularidade na proposta apresentada pela D&L, sendo que os valores cotados a título de PIS e COFINS pela empresa

recorrida estão dentro de sua realidade tributária, conforme vastamente demonstrado e comprovado ao longo de sua documentação."

Recurso da empresa MAXSERV

"A recorrente MAXSERV alega que a empresa D&L Serviços descumpriu com a Convenção Coletiva e o edital e, portanto, obteve vantagem competitiva, pois cotou o vale transporte com valor inferior ao praticado atualmente, ressaltando que o TRE-BA poderá ser responsabilizado subsidiariamente pela suposta irregularidade.

O edital cita em seu ANEXO II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO, tanto a Convenção utilizada para elaboração dos valores de referência, quanto os valores estimados para o benefício do vale transporte, senão vejamos:

(...)

Assim sendo, resta claro que não houve erro, uma vez que no orçamento estimado para a licitação, todas as planilhas foram elaboradas com base no vale transporte ao valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos).

Assim, levando-se em consideração que o critério de julgamento de licitação na modalidade pregão é sempre o menor preço, o aumento da tarifa do vale transporte e a não atualização do orçamento estimado pelo TRE-BA, em relação à abertura desse certame, bem como não haver esclarecimentos ou avisos sobre a inserção da nova tarifa nas propostas, sobressai a correção da empresa recorrida quando realizou a cotação, conforme as planilhas do orçamento estimado pelo TRE-BA, ou seja, ao valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos).

(...)

A empresa MAXSERV alega ainda que a empresa recorrida apresentou materiais e equipamentos que ela considera como inexecutáveis. No entanto, a recorrente não tem as informações necessárias para mensurar a margem de lucro e contribuição que a empresa recorrida trabalha.

Inclusive, é do conhecimento de todos que participam de licitações junto aos órgãos da Administração Pública, que o orçamento estimado é elaborado com base na média das pesquisas de mercado e que geralmente, esses orçamentos não são realizados com base nos dados do projeto básico ou termo de referência, sempre há margem de erro, para maior ou menor.

Ademais, o edital cita sobre a responsabilidade do licitante ao ofertar os preços naquele processo licitatório e futuramente a contratação:

SEÇÃO X- DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

10.18. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação."

3. No doc. nº 2018150, o Pregoeiro afirma alinhar-se *"com os argumentos apresentado nas contrarrazões da empresa vencedora, visto que os mesmos estão em consonância com o edital"*, aduzindo, nesse contexto, a inexistência, *in casu*, de *"violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório"*.

3.1. Antes, discorreu acerca das razões articuladas pelas empresas APECÊ e MAXSERV, e, a fim de afastar, de modo inequívoco, a pretensa desclassificação da empresa D & L, em razão de supostos erros no preenchimento da planilha de custo e formação de preços, indicou a disciplina inserta no edital, a saber:

"10.12. Não implicarão a desclassificação da proposta, desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível, as seguintes situações:

a) omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço;

b) discrepância entre percentuais ou valores da(s) planilha(s) de custos e formação do preço e aqueles decorrentes da legislação vigente ou convenções coletivas;

c) indicação de salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigado ou na lei.

10.13. O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exime a licitante do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.

10.14. Durante a execução do contrato, a licitante vencedora estará obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas."

É o Relatório.

4. Com efeito, em consonância com o disposto na Súmula nº 262/TCU, o edital do Pregão nº 13/2022, ao disciplinar os procedimentos relativos ao preenchimento da planilha de custos e formação de preços pelos licitantes, bem como à aceitabilidade das propostas, assim previu (SEÇÕES X e XI):

"10.11. Eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

10.11.1. Também não será desclassificada a proposta quando o preço global for aceitável, mas o valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto de trabalho) necessitar ser ajustado ao valor estimado pela Administração.

10.11.2. Os valores unitários dos itens que integram as planilhas de custos com material não poderão ser superiores aos preços unitários máximos estabelecidos pela Administração.

10.12. Não implicarão a desclassificação da proposta, desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível, as seguintes situações:

- a) omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço;
- b) discrepância entre percentuais ou valores da(s) planilha(s) de custos e formação do preço e aqueles decorrentes da legislação vigente ou convenções coletivas;
- c) indicação de salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigado ou na lei.

10.13. O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exime a **licitante** do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.

10.14. Durante a execução do contrato, a **licitante vencedora** estará obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas.

10.15. A Administração não se vincula a disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que estabeleçam valores ou índices de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, uma vez que não podem ser objeto de convenção, na forma do artigo 611 da CLT.

10.16. Examinada(s) a(s) planilha(s), o Pregoeiro informará a **licitante** acerca dos eventuais equívocos encontrados nas diversas rubricas analisadas e que deverão ser corrigidos.

10.17. O Pregoeiro concederá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s),

na forma da **condição 10.7.**

10.17.1. Havendo a necessidade de se promoverem outros ajustes, o prazo para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) será de 2 (duas) horas, prorrogável uma única vez, por igual período.

10.18. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

10.18.1. Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que favoreça a contratada, esse será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para eventual prorrogação contratual.

10.18.2. Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que desfavoreça a contratada, esse será mantido durante a vigência da contratação e não será objeto de repactuação. Contudo, o cumprimento dos quantitativos fixados na legislação e na convenção coletiva será exigido pela fiscalização do contrato durante toda a sua execução.

(...)

11.6. Havendo indícios de inexecuibilidade do menor preço ofertado, o **Pregoeiro** deverá converter o processo em diligência para que a **licitante** demonstre a exequibilidade de sua proposta. Em sendo esta comprovada, a proposta será admitida. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

11.7. A diligência efetuada poderá consistir em:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.8. É ônus da **licitante** ter sempre à disposição documentos capazes de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

11.9. Se itens do custo referentes a materiais e instalações forem cotados com preço simbólico, irrisório ou de valor zero, sem que haja indício de inexecutabilidade do preço global, serão considerados renunciados se de propriedade do próprio **licitante**, em conformidade com o disposto no artigo 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

11.10. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta."

5. Ainda, o ato convocatório traz:

"**10.3.** Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela licitante durante a execução do contrato."

6. Nesse contexto, não há que se falar em desclassificação da vencedora por descumprimento de normas legais e/ou condições editalícias. Repisemos, **incumbe à licitante arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, sendo obrigatório o cumprimento dos quantitativos fixados na legislação e na respectiva convenção coletiva, o que será exigido pela fiscalização do futuro contrato, durante toda a fase de execução.**

6.1. Além disso, o Pregoeiro promoveu todas as diligências que lhe permitiram dirimir eventuais dúvidas, antes de definir-se pela derradeira aceitabilidade da proposta da empresa D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, nos termos registrados no doc. nº 2018996 e na Ata do Pregão nº 13/2022 (doc. nº 2002847, fl. 8).

7. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento dos Recursos impetrados pelas empresas APECÊ SERVICOS GERAIS LTDA e MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, devendo ser mantida, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora a empresa D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 27/07/2022, às 14:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2019768** e o código CRC **237511CB**.